

STJ00115183

MARCIO IORIO ARANHA

Manual de Direito Regulatório

(Fundamentos de Direito Regulatório)

6ª edição



Laccademia Publishing
2021

Copyright © 2021 Laccademia Publishing
All rights reserved.

Publicado por Laccademia Publishing Limited
46 Syon Lane, Isleworth, TW7 5NQ
London, United Kingdom

1ª edição (2013)
2ª edição (2014)
3ª edição (2015)
4ª edição (2018)
5ª edição (2019)
6ª edição (2021)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A662m	Aranha, Marcio Iorio, 1974- Manual de Direito Regulatório: Fundamentos de Direito Regulatório / Márcio Iorio Aranha. 6. ed. rev. ampl. – London : Laccademia Publishing, 2021. viii, 338 p. ; 22 cm. ISBN 979-84-770-4565-5 1. Direito regulatório 2. Manual de direito regulatório. 3. Fundamentos. I. Título. CDD: 341.3782 CDU: 346.5:65
-------	--

Índice para catálogo sistemático:

Brasil : Direito Regulatório 341.3782

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma
ou por qualquer meio.

Impresso nos Estados Unidos/ *Printed in the United States*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO AO DIREITO REGULATÓRIO	1
1.1 Estado, Poder e Direito Público	3
1.2 Pressupostos teóricos do Estado Regulador	6
1.2.1 Cerne da regulação: o mercado de direito	6
1.2.2 Direitos fundamentais objetivados e Estado Regulador	10
1.2.3 O Estado Administrativo e a separação de poderes	12
1.2.4 Legitimidade no Estado Regulador	16
1.2.5 Poder regulamentar na tradição francesa	20
1.2.6 Situando o conceito de Estado Subsidiário	23
1.2.7 O Estado Empreendedor	24
1.2.8 Princípio da cooperação social	29
1.2.8.1 A Tautologia da Internet Cooperativa	30
1.2.8.2 Arbitramento e arbitragem na regulação	31
1.2.8.3 Política de PD&I e regulação	35
1.2.9 O fenômeno da regulação e seu significado	37
TEORIA JURÍDICA DA REGULAÇÃO	45
2.1 Introdução	47
2.2 Método Jurídico-Regulatório: Coerção Extrínseca <i>versus</i> Intrínseca e os Conceitos de Governo, Governança e Conformidade	48
2.3 Teorias Jurídicas Substantivas e Procedimentais da Regulação	60
2.3 Técnica, Estratégia, Modalidade, Mecanismo e Modelo Regulatório	67
2.3.1 O Princípio da Instrumentalidade das Técnicas Regulatórias	84
2.3.2 Formas autorregulatórias	85
2.4 Comando e Controle <i>versus</i> Incentivos	91

2.5 Legitimidade da Intervenção Regulatória, Razão Burocrática, Racionalidade Material e Incentivos	95
2.6 A Razão de Ser de uma Teoria Regulatória: descrever ou prescrever	98
2.7 Teoria Processual Administrativa da Regulação versus Escolha Pública	100
2.8 Teoria Substantiva da Regulação: Teoria Social da Regulação e Teoria Institucional da Regulação	104
2.9 Teoria da Regulação Responsiva	107
2.9.1 Justificativa e origem da teoria da regulação responsiva	108
2.9.2 Pressupostos da Teoria da Regulação Responsiva	111
2.9.3 A teoria é responsiva a quê?	118
2.9.4 Características específicas da atuação responsiva do regulador	120
2.9.5 As pirâmides regulatórias	133
2.9.6 Autorregulação Voluntária, Autorregulação Regulada e Comandos Normativos Impositivos	156
2.9.7 O Papel da Teoria dos Jogos na Teoria da Regulação Responsiva	161
2.9.8 Discricionariedade e responsividade	163
2.9.9 Responsividade exige o desenho de vários itinerários processuais	166
2.9.10 O Decálogo Responsivo	169
2.10 Teoria da Regulação Inteligente	171
2.10.1 Carta de navegação da regulação inteligente para reguladores	177
2.11 Síntese sobre a Teoria Jurídica da Regulação	181
MODERNIZAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO	183
3.1 Velocidade da inovação tecnológica, linguagem setorial e especialização regulatória	185
3.2 Globalização, conhecimento e política pública setorial	186
3.3 Regimes jurídicos de prestação de serviços	191
3.4 Regimes jurídicos de prestação de serviços regulados: divisão constitucional de titularidade	195

3.5 Autorização de serviços	199
3.6 Regimes jurídicos das estatais	201
FUNDAMENTOS DE DIREITO REGULATÓRIO	227
4.1 Direito Regulatório, Estado Regulador e Regulação	229
4.2 Regulação: objeto de estudo do direito regulatório	239
4.2.1 Regulação Operacional e Normativa	239
4.2.2 Efeitos das opções regulatórias	242
4.2.3 Função normativa conjuntural do Executivo	244
2.2.3.1 Atividade normativa do Executivo e o princípio da separação de poderes	245
2.2.3.2 Atividade normativa do Executivo e o princípio da legalidade	251
2.2.3.3 Atividade normativa do Executivo e entes administrativos autônomos	255
2.2.3.4 Atividade normativa do Executivo e revisão judicial	258
4.2.4 Conceito de regulação	262
4.2.5 Regulação <i>versus</i> desregulação	270
4.3 Regulação no Brasil	273
4.3.1 Fases da regulação no Brasil	273
4.3.2 Espécies de regulação	278
4.3.3 Estruturas de Regulação Setorial	287
4.3.3.1 Conselhos Econômicos	287
4.3.3.2 Conselhos <i>versus</i> Agências	292
4.3.3.3 Agências Executivas <i>versus</i> Agências Reguladoras	295
4.3.3.4 Autonomia das Agências Reguladoras	308
BIBLIOGRAFIA	315